

A Transformação dos Bancos

Márcio G. P. Garcia
9 de agosto de 2000

Quem entrasse nas agências dos bancos brasileiros no final do período de alta inflação certamente se surpreenderia com a modernidade e sofisticação. Depósitos na agência em Manaus podiam ser reconhecidos imediatamente na agência de Porto Alegre. Na época, nenhum banco dos EUA oferecia isso entre Los Angeles e Nova York, por exemplo. Mas essa aparente modernidade encobria um sério problema.

Havia uma hipertrofia do sistema financeiro nacional, embora várias das funções realmente importantes do ponto de vista econômico—tais como a de intermediar poupanças financeiras para o financiamento do investimento produtivo, do capital de giro das empresas, dos gastos de consumo das famílias, e de outros gastos do setor privado—tivessem se atrofiado.

A hipertrofia se deu porque a principal fonte de lucro residia em captar o maior volume possível de recursos financeiros para rapidamente aplicá-los em títulos públicos. Sob alta inflação, depósitos à vista eram particularmente lucrativos, posto que propiciavam ganho dado pela taxa nominal de juros. Para poder melhor se aproveitar dessas enormes taxas de juros, os principais grandes bancos brasileiros desenvolveram sistemas informatizados modernos e sofisticados que permitiam transferir rapidamente fundos das mais distantes praças do país para a aplicação no mesmo dia, auferindo com isso significativo lucro.

Por outro lado, as funções clássicas de emprestadores ao setor privado minguaram. Uma agência típica de um grande banco brasileiro no período megainflacionário dispunha, para o contato com seus clientes, de diversos funcionários encarregados de captar recursos, mas dificilmente de um funcionário especializado nos programas de empréstimo da instituição. A grande fonte de rentabilidade era a intermediação da dívida pública.

Assim, quando finalmente o regime de inflação alta chegou ao fim com o Plano Real, o setor financeiro viu-se incapacitado para o exercício eficiente de suas funções de provedor de crédito ao setor privado. A explosão de crédito no início do Real foi uma clara demonstração de como o crescimento demasiadamente rápido do crédito no curto prazo contrapunha-se ao objetivo de longo prazo de manter a inflação baixa com crescimento sustentável, processo que certamente pressupõe a ampliação controlada do volume de crédito na economia. Para conter o *boom* de crédito que então ameaçava a estabilidade inflacionária, todas as armas foram usadas: juros altos, depósitos compulsórios estratosféricos (inclusive um inédito compulsório sobre empréstimos), restrições à entrada de capitais externos, além de outras restrições.

A sucessão de crises externas deixaram o problema de explosão da demanda em segundo plano por vários anos. Com sorte, contudo, este será uma das questões que entrarão na agenda econômica no médio prazo.

Basicamente, a prevenção para tal problema tem sido feita nos dois níveis fundamentais: macro e microeconômico. No nível macroeconômico, a mudança do regime cambial, aliada à significativa melhora no desempenho fiscal, deverá evitar o ressurgimento das condições que permitiram altos ganhos com a arbitragem de fundos externos até a eclosão da crise asiática e durante o primeiro quadrimestre de 1998.

No nível microeconômico, o BC tem feito um enorme esforço para ampliar e fortalecer a mensuração, gerência e controle dos diversos riscos financeiros. A regulação prudencial é hoje muito mais abrangente e voltada para os reais riscos que podem pôr em xeque a saúde das instituições financeiras. As auditorias do BC estão mais voltadas à identificação de tais riscos, e não ao cumprimento de uma miríade de normas menos importantes. Outras iniciativas visando reduzir o alto nível de inadimplência—que aumenta muito o *spread* bancário—vigentes para alguns segmentos do mercado de crédito também vêm sendo perseguidas.

Em síntese, no quadro atual é muito mais fácil tentar caminhar sobre o fio da navalha, buscando aumentar o volume de crédito que oxigena a economia e suporta o crescimento sustentado, sem deixar que o aumento muito rápido do crédito ponha em risco a estabilidade duramente alcançada.